

① Ao Sr. Presidente
para a reunião
[Signature]

Prestação de Contas Consolidadas

Ano 2024

Aprovado em
Junho de 2024
[Signature]



VALSOUSA

Associação de Municípios do Vale do Sousa

A [Signature]

③

Aprovado em
Junho de 2025
[Signature]

Junho 2025

[Signature]

Enquadramento Geral

As Demonstrações Consolidadas assumem um papel primordial da gestão das finanças públicas. A consolidação de contas surgiu como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada, pelas entidades que integram as Administrações Públicas, com objetivos de transparência e rigor na informação financeira pública local; na melhoria da prestação de contas públicas, permitindo uma visão integral da saúde financeira local para apoio em decisões mais responsáveis e estratégicas, facilitando o controle externo de entidades, como o Tribunal de Contas.

Em 2020 entrou em vigor um novo modelo de implementação contabilística designado “Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP”, que define novas regras de consolidação, nomeadamente através da aplicação da NCP 22- Demonstrações Financeiras consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que são obrigadas a apresentar, as entidades associativas municipais passaram, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo em que se enquadram.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local tem como objetivo dar a conhecer uma visão global e integrada da situação da posição financeira e dos resultados da entidade em análise como um todo.

Disposições Legais

No n.º 1, artigo 75º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais prevê-se que «Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas».

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 8) que «Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.»

Foi, publicado o DL nº 192/2015 de 11 de setembro, que veio no art.º 7º estabelecer o perímetro de consolidação das contas e definir as regras de Consolidação através das Normas de Contabilidade Pública (NPC).

1. Definições

Entidade mãe ou entidade consolidante ou entidade que controla:

É a entidade associativa que controla uma ou mais entidades.

Entidade controlada

É uma entidade que é controlada por outra entidade.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras consolidadas

São as demonstrações financeiras de um grupo público em que os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das suas entidades controladas são apresentadas como se de uma única entidade se tratasse, o Grupo Público.

Grupo Público

Consiste na entidade que controla e as entidades controladas. Um grupo público pode incluir entidades com objetivos sociais e outras com objetivos económicos.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

Método de Consolidação

Este método consiste na integração no Balanço e na Demonstração de Resultados, da entidade consolidante dos elementos respectivos do Balanço e das Demonstrações dos Resultados das entidades consolidadas.

Haverá lugar à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido em 2022	Obs.
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Praça D. António Meireles nº 45, 4620-130 - Lousada	Atividades nas seguintes áreas: Promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental; Conceção e execução de projetos de valorização dos recursos do Vale do Sousa; Proteção e promoção do património histórico, cultural e turístico do Vale do Sousa e o Desenvolvimento da Sociedade do conhecimento no Vale do Sousa.			a)
AMBISOUSA, EIM	Avenida Sá e Melo nº 30 Cristelos, 4620-151 - Lousada	Exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza pública, na área abrangida pela AMVS.	AMVS	100,00%	b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, daqui em diante AMVS.

b) Entidade controlada a 100% pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, daqui adiante AMBISOUSA

Em relação às entidades incluídas no perímetro da consolidação, apresenta-se de seguida o quadro com o número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício económico de 2024, repartido por categorias:

Entidade	Categoria	Nº	Nº
		Trabalhadores	Trabalhadores
		Ano 2023	Ano 2024
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Total	22	22
	Dirigentes Superiores de 1º Grau	1	1
	Dirigentes Intermediários de 1º Grau	0	0
	Chefes de Equipa Multidisciplinar	2	2
	Técnicos Superiores	10	10
	Informático	2	2
	Assistentes Técnicos	3	3
	Assistentes Operacionais	4	4
AMBISUSA, EIM	Total	127	125
	Administrador Executivo	1	1
	Responsável Departamento	4	4
	Engenheiro Ambiente	1	1
	Técnico Sup. Exploração e Valorização	1	1
	Encarregado	3	3
	Auxiliar de Encarregado/Sub-Encarregado	2	2
	Administrativos	4	4
	Jurista	1	1
	Contabilista Certificado	1	1
	Operadores de Triagem/ Aterro/CVE/AO	82	80
	Assistentes técnicos	2	2
	Rececionista	1	1
	Manobradores	4	4
	Motoristas	16	16
	Chefes de equipa	2	2
	Técnico Superior	1	1
	Gestor de Frota	1	1
Total Grupo		149	147

Não existem entidades excluídas de consolidação.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas compreende:

1. Um balanço consolidado;
2. Uma demonstração de resultados consolidados por natureza,
3. Uma demonstração das alterações no património líquido consolidado;
4. Uma demonstração de Fluxos de Caixa consolidado; e
5. Anexo às demonstrações Financeiras consolidadas.

1. Balanço Consolidado

1. Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente		31 168 619,60 €	23 470 367,06 €
Ativos fixos tangíveis	(5)	30 529 102,68 €	22 785 275,38 €
Ativos intangíveis	(3)	612 565,92 €	657 630,68 €
Participações financeiras	(18)	26 951,00 €	27 461,00 €
Outros Investimentos Financeiros	(23.1.1)	0,00 €	0,00 €
Ativo corrente		10 801 245,55 €	7 701 926,98 €
Inventários	(10)	255 948,49 €	218 240,97 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.1.2)	938 569,43 €	440 458,05 €
Clientes, contribuintes e utentes	(23.1.3)	3 272 069,76 €	3 248 500,50 €
Estado e Outros entes Públicos	(23.1.4)	0,00 €	54 374,87 €
Outras contas a receber	(23.1.5)	284 679,14 €	307 403,86 €
Diferimentos	(23.1.6)	26 618,92 €	8 682,98 €
Caixa e depósitos	(23.1.7)	6 023 359,81 €	3 424 265,75 €
Total Ativo		41 969 865,15 €	31 172 294,04 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			22 496 569,34 €
Património/Capital	(23.3)	7 238 131,62 €	7 238 131,62 €
Reservas	(23.3)	2 922 292,60 €	2 922 292,60 €
Resultados transitados	(23.3)	10 765 750,79 €	10 162 316,61 €
Ajustamentos em ativos financeiros	(23.3)	0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	(23.3)	2 586 116,09 €	2 287 802,45 €
Resultado líquido do período		1 262 985,66 €	-113 973,94 €
Total Património Líquido		24 775 276,76 €	22 496 569,34 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		3 150 000,22 €	2 720 347,97 €
Provisões	(15)	3 104 840,58 €	2 663 448,08 €
Passivos por impostos diferidos	(23.2.1)		0,00 €
Outras contas a pagar	(23.2.2)	45 159,64 €	56 899,89 €
Passivo corrente		14 044 588,17 €	5 955 376,73 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.2.3)	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	(23.2.4)	2 181 384,57 €	1 535 347,18 €
Estado e outros entes públicos	(23.2.5)	456 301,16 €	84 682,37 €
Financiamentos Obtidos	(23.2.6)	6 489 132,62 €	5 659,37 €
Outras contas a pagar	(23.2.7)	4 917 769,82 €	4 329 687,81 €
Total Passivo		17 194 588,39 €	8 675 724,70 €
Total Património Líquido e Passivo		41 969 865,15 €	31 172 294,04 €

2. Demonstração de Resultados Consolidados por Natureza

2. Demonstração de Resultados por naturezas Consolidados do período findo em 31 de dezembro de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Vendas	(23.4.1)	2 967 288,09 €	2 494 821,53 €
Prestações de serviços e concessões	(23.4.2)	6 005 146,02 €	4 132 726,08 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	(23.4.3)	2 775 305,96 €	2 930 418,62 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	(23.4.4)	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-666 029,57 €	-604 478,17 €
Fornecimentos e serviços externos	(23.4.5)	-4 650 467,74 €	-4 591 219,56 €
Gastos com pessoal	(18)	-3 467 728,26 €	-3 265 159,65 €
Transferências e subsídios concedidos	(23.4.6)	-39 462,56 €	-39 342,56 €
Provisões		-602 713,06 €	0,00 €
Outros rendimentos	(23.4.7)	620 008,93 €	641 019,22 €
Outros gastos	(23.4.8)	-176 357,46 €	-264 371,28 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 764 990,35 €	1 434 414,23 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(23.4.9)	-1 020 449,44 €	-1 523 891,17 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 744 540,91 €	-89 476,94 €
Juros e Gastos similares	(23.4.10)	-98 557,50 €	-83,22 €
Resultado antes de impostos		1 645 983,41 €	-89 560,16 €
Impostos sobre o rendimento do período	(23.4.11)	-382 997,75 €	-24 413,78 €
Resultado líquido do período		1 262 985,66 €	-113 973,94 €

3. Demonstração das alterações no património Líquido consolidado

3. Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	10 162 316,61	0,00	2 287 802,45	-113 973,94	22 496 569,34	22 496 569,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Aplicação de resultado líquido				-113 973,94			113 973,94		0,00
Realização do excedente de revalorização									

Excedentes de revalorização e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				717 408,12	0,00	298 313,64	0,00	1 015 721,76	1 015 721,76
2	0,00	0,00	0,00	603 434,18	0,00	298 313,64	113 973,94	1 015 721,76	1 015 721,76
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3							1 269 85,66	1 262 985,66	1 262 985,66
RESULTADO INTEGRAL 4=2 + 3							1 376 959,60	2 278 707,42	2 278 707,42
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital / Património									
Entradas para coberturas de perdas									
Outras operações									
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 6=1+2+3+5	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	10 765 750,79	0,00	2 586 116,09	1 262 985,66	24 775 276,76	24 775 276,76

4. Fluxos de caixa consolidado

4. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2024

Rubricas	Período	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	13 937 673,77 €	10 324 605,48 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	2 575 277,45 €	2 943 240,59 €
Pagamentos a fornecedores	-6 179 412,49 €	-9 024 494,20 €
Pagamentos ao pessoal	-2 360 862,67 €	-2 823 818,62 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-39 342,56 €	-39 342,56 €
Caixa gerada pelas operações	7 933 333,50 €	1 380 190,69 €
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento	-26 054,68 €	5 265,32 €
Outros recebimentos/pagamentos	-4 277 721,16 €	-841 744,00 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3 629 557,66 €	543 712,01 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-8 586 780,58 €	-8 520 928,87 €
Pagamentos - Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Investimentos Financeiros	0,00 €	-4 172,56 €
Pagamentos - Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos Fixos Tangíveis	4 800,00 €	0,00 €



Recebimentos - Investimentos Financeiros	2 000,00 €	-817,12€
Recebimentos - Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios de investimento	818 765,95 €	2 943 653,84€
Recebimentos - Transferências de capital	350 327,49 €	22 766,61 €
Juros e Rendimentos similares	63,54€	2 502,80€
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-7 410 823,60 €	-5 556 995,30 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios e doações	0,00€	21 862,11 €
Outras Operações de Financiamento	6 485 325,41€	0,00€
Dividendos	0,00 €	0,00€
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e Gastos similares	-101 686,04€	0,00€
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	6 383 639,37 €	21 862,11 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	2 602 373,43 €	-4 991 421,18 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe	6 119 134,90 €	8 415 686,93 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío	6 023 359,81 €	3 424 265,75 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	6 119 134,90 €	8 415 686,93 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	554 885,45 €	326 211,63 €
SGA De execução orçamental	497 985,56 €	
SGA De operações de tesouraria	56 899,89 €	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	6 023 359,81 €	3 424 265,75 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		459 110,36 €
SGS De execução orçamental		413 950,72 €
SGS De operações de tesouraria		5 609 409,09€

O perímetro de consolidação da Associação de Municípios abrange uma entidade de natureza empresarial que não está obrigada legalmente à elaboração de documentos previsionais e de prestação de contas de natureza orçamental em termos idênticos ao previsto no SNC-AP.

Tal situação dificulta a elaboração do referido Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, pois a informação da AMBISOUSA, teria de ser preparada especificamente para esta finalidade, o que acarretaria elevados custos.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, no que se refere ao Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e sua sequência numérica. As notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o nº de ordem.

Outras Informações consideradas relevantes

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais da AMBISOUSA que concorre para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Relativamente à anulação do investimento financeiro, não foi apurada qualquer diferença de consolidação.

- Nas suas demonstrações financeiras individuais, a AMVS adota o método da equivalência patrimonial (MEP) para a valorização dos seus investimentos financeiros na AMBISOUSA, EIM.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se valorizados pelo método de custo de aquisição.

Informações relativas aos compromissos

- As responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, são as seguintes:

Grupo Autárquico			Ano 2023
Entidade	Beneficiário	Finalidade	Valor
1	2	3	4
AMBISOUSA, EIM	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 3/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 11/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 01/2010/CCDRN	15 875,17
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Renovação Licença de exploração nº 11/2006/INR	134 000,00
Total			187 375,17

Informações relativas às remunerações aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções

Grupo Autárquico				Ano: 2024	Observações
				Unidade: Euro	
Designação		Associação de Municípios do Vale do Sousa	AMBISOUSA, EIM	Total	Período de responsabilidade
Situação na Entidade	Nome				
Presidente	Nuno Alexandre Martins da Fonseca	a)		0,00	01.01.2024 a 31.11.2024
Vice-Presidente	José Duarte de Sousa e Rocha	a)		0,00	01.01.2024 a 31.11.2024
Membro	Pedro Daniel Machado Gomes	a)		0,00	01.01.2024 a 31.11.2024
Membro	Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito	a)		0,00	01.01.2024 a 31.11.2024



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Membro	José Alexandre da Silva Almeida	a)		0,00	01.01.2024 a 31.12.2024
Membro	Antonino Aurélio Vieira de Sousa	a)		0,00	01.01.2024 a 31.12.2024
Presidente do Conselho de Administração	Antonino Aurélio Vieira de Sousa		a)	0,00	01.01.2024 a 31.12.2024
Vogal do Conselho de Administração	Nuno Alexandre Martins da Fonseca		a)	0,00	01.01.2024 a 31.12.2024
Vogal do Conselho de Administração	José Alexandre da Silva Almeida		a)	0,00	01.01.2024 a 31.12.2024
Total				0,00	

a) Não remunerado.

1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade que controla, período de relato

Designação	AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa
NIPC	502599189
Natureza	Entidade Pública
Endereço Postal	Praça D. António Meireles nº 45
Código Postal / Localidade	4620-130 LOUSADA
Telefone	255810700
Endereço de correio eletrónico:	valsousa@valsousa.pt
Sítio na internet:	www.valsousa.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ ou serviços de fiscalização	não

1.2 – Legislação

Regime Financeiro	Administração Local
Regime Jurídico	Associação Municípios Fins Específicos (Direito Público)
Código de Atividade Económica (CAE)	94110
Código da classificação Orgânica	084113 – Administração Local – Entidade Reclassificada
Tutela	Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública

A Valsousa foi constituída em 1989, no dia 15 de julho, encontra-se sediada em Lousada e congrega as vontades dos seis Municípios associados: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Articuladamente intervém numa dimensão supramunicipal, em todas as áreas do desenvolvimento, estando institucionalmente capacitada para proceder a uma abordagem global e integrada das problemáticas inerentes ao território e à qualidade de vida das populações, podendo ainda viabilizar práticas de concertação, de negociação e de cooperação institucional, de forma a enquadrar e concretizar as políticas e os projetos que visam promover o desenvolvimento local, principalmente ao nível de acessibilidades, saneamento básico, turismo, fomento económico, educação, cultura, desporto e ação social.

Publicação dos estatutos no DR nº 88, III série de 15 de abril de 1994, com alterações publicadas no DR nº 262, III série de 13 de novembro de 2000.

1.3 – Participações da Entidades

A Associação de Municípios do Vale do Sousa detém a 100% uma empresa intermunicipal, denominada AMBISOUSA, EIM criada para tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos do Vale do Sousa.

1.4 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo em conta a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras de acordo com Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e a NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

- Sempre que o SNC-AP não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, é feita a integração de lacunas de acordo com o Artigo 13º do DL nº 192/2015 de 11 de setembro.

- A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos.

- As notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, não obstante, a ordem numérica das mesmas mantém-se impreterivelmente.

- A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental não foi aplicada uma vez que a entidade controlada aplica o SNC e como tal não tem de elaborar Demonstrações Orçamentais o que impede a consolidação.

- A NCP 27 – Contabilidade de Gestão não foi aplicada uma vez que a Contabilidade de Gestão não foi ainda implementada.

- Não há lugar a descentralização contabilística.

- Desagregação dos valores inscritos em Caixa e Depósitos:

Conta	Grupo
Caixa	171,24 €
Depósitos à ordem	5 978 028,93 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €
Depósitos bancários à Ordem	5 978 028,93 €
Depósitos a prazo	0,00 €
Depósitos consignados	45 159,64 €
Depósitos de garantias e cauções	45 159,64 €
TOTAL	6 023 359,81 €

O total dos montantes em caixa e depósitos, é de 6.023.359,81€. Dos montantes existentes em depósitos, 45.159,64€ não estão disponíveis para mobilização, correspondendo aos depósitos de Garantias e Cauções prestadas pelos fornecedores resultantes de uma imposição legal para assegurar a proteção da entidade perante o incumprimento do contrato. O montante de 5.978.028,93€ corresponde aos valores de depósitos à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis. Não existem depósitos a prazo, nem depósitos à ordem no Tesouro. O valor em caixa é residual e de 171,24€.

Em relação ao período homologado existe um aumento de 75,90% no valor de Caixas e Depósitos.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a NCP em toda a sua extensão.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, 31 de dezembro de 2023, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos financeiros;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Reconhecimento do rendimento associado às taxas;
- e) Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta os princípios da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto no SNC-AP, as políticas contabilísticas adotadas foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para alugar a terceiros, ou para uso administrativo. Espera-se que estes bens com substância física sejam usados por mais de um período de relato. São exemplos de Ativos Fixos (quer de domínio público, quer de domínio privado) o Equipamento militar, Infraestruturas, bens do património histórico.

O Tratamento contabilístico aos ativos fixos tangíveis está definido na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta Norma define o âmbito da aplicação, o reconhecimento, a mensuração no reconhecimento, a mensuração do custo a mensuração subsequente e o desreconhecimento.

Os ativos fixos tangíveis da Valsousa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os Ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com as taxas do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas uteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria nº 671/200, de 17 de abril, que aprovou o CIBE.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, utilizando o método da linha reta, sendo as seguintes as taxas médias

Ativos Fixos Tangíveis	Anos de Vida Útil	Taxas
Edifícios e Outras Construções	Entre 5 e 80 anos	1,25% a 20%
Equipamento Transporte	8 anos	12,50%
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 5 anos	20% a 33,33%
Equipamento Básico	Entre 8 e 20 anos	5%-12,5%
Outros Ativos Fixos	Entre 3 e 20 anos	12,5% a 12,5%

Ativos Intangíveis

O tratamento contabilístico a dar aos ativos fixos intangíveis, vem prescrito na NCP 3 – Ativos Intangíveis. Existem Ativos Intangíveis aos quais poderão ter de ser aplicadas outras normas que não a NCP3, tal como os referidos no parágrafo 3º do nº 2 da NCP3.

No caso do Grupo Público os ativos intangíveis referem-se aos custos incorridos com aquisição de software e à selagem dos aterros.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta. As taxas de amortização são as definidas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Inventários

Aos inventários aplica-se a NCP 10 - Inventários.

No caso do Grupo Público, os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando o custo médio como método de custeio. O custo dos inventários inclui os custos de compra. Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição procede-se à redução do valor dos inventários e são constituídas perdas por imparidade.

Participações Financeiras

O Grupo Público não detém qualquer participação financeira a 31.12.2024, uma vez que foi alienada, durante o ano de 2024, a quota de 10% detida na empresa Pan-Eco Ambisousa- Energias renováveis, Lda,

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros só são reconhecidos quando se tornam uma parte contratual do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- Outras Contas a receber – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidades acumuladas, de forma a refletir o seu valor realizável à data de relato.
- Fornecedores e Outras Contas a pagar – Encontram-se mensuradas pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal.
- Caixa e depósitos bancários – Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.
- Estado e Outros Entes Públicos – Os saldos ativos e passivos são apurados com base na legislação em vigor.
- Diferimentos Ativos e Passivos – esta rubrica contempla as transações e acontecimentos relativamente aos quais devam ser reconhecidos nos resultados em períodos futuros e não no período em que ocorrem.
- Rubricas do património – São classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Transferências e subsídios - Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido. Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subseqüentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Rendimento - Transações sem contraprestação

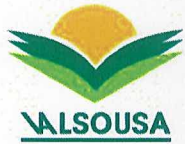
Ao reconhecimento e mensuração do rendimento das transações sem contraprestação são aplicados a NCP – 14 – Rendimento de Transações sem contraprestação

O Grupo Público, reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação é inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os rendimentos sem contraprestação do Grupo Público resultam das transferências (Correntes e capital) associadas a projetos co-financiados.

Benefícios dos empregados



Os benefícios dos empregados incluem os salários, o Subsídio de refeição, as contribuições para a Segurança Social (SS) e para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), as férias, subsídio de férias e Natal e faltas por doença pagas e as horas extraordinárias.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gastos no período.

Especialização de exercícios

O Grupo Público regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, isto é, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP, são utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados nos valores do ativo e passivo, bem como dos rendimentos e gastos.

As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência de eventos passados, no melhor conhecimento existente à data de relato e de expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis.

As alterações às estimativas posteriores à data da elaboração das demonstrações financeiras serão corrigidas posteriormente. Assim os efeitos reais das transações em questão poderão ser diferentes das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis - A vida útil de um ativo, esta associada ao seu uso e deve ser revista no final de cada ano.
- b) Análise das imparidades de ativos financeiros - Deverá ser analisada os saldos das contas a receber a cada data de relato e ajustadas pela avaliação dos riscos estimados de cobrança.
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias - Este valor é calculado tendo em conta as tabelas de remuneração existentes à data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e tendo em conta o nº de funcionários existente.
- d) Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados - Nem sempre a execução do projeto corresponde ao aprovado, pelo que pode ser necessário ajustar as respetivas taxas bem como o reconhecimento do rendimento.

3. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, amortização acumulada e perdas por imparidade no início e final do período estão refletidas nos seguintes mapas:

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidades	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidade des acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Goodwill				0,00				0,00
Projetos de desenvolvimento				0,00				0,00
Programas de computador e sistemas de informação	238 291,46	165 518,43		72 773,03	238 291,46	210 583,19		27 708,27
Propriedade industrial e intelectual								0,00
Outros	903 722,77	318 865,12		584 857,65	584 857,65			584 857,65
Ativos intangíveis em curso								0,00
Total	1 142 014,23	484 383,55	0,00	657 630,68	823 149,11	210 583,19	0,00	612 565,92

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidade des	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminui.	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+...+(9)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,										0,00
Goodwill										0,00
Projetos de desenvolvimento										0,00
Programas de computador e sistemas de informação	72 773,03						-45 064,76			27 708,27
Propriedade industrial e intelectual										0,00
Outros	584 857,65									584 857,65
Ativos intangíveis em curso										0,00
Total	657 630,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 064,76	0,00	0,00	612 565,92

Terrenos e recursos naturais		0,00								0,00
Edifícios e outras construções		304 931,94								304 931,94
Equipamento básico		19 250,00								19 250,00
Equipamento de transporte		52 439,78								52 439,78
Equipamento administrativo		118 033,40								118 033,40
Equipamentos biológicos		0,00								0,00
Outros		504 449,42								504 449,42
Ativos fixos tangíveis em curso		10 170 440,79								10 170 440,79
Total		11 165 45,33								11 165 45,33

O aumento da quantia escriturada em 2023 foi de 8.282.858,29€ e diz respeito à aquisição/construção de Edifícios em curso e de diversos equipamentos, nomeadamente de transportes.

10. Inventários

As quantias escrituradas de inventários encontram-se referidas nos quadros seguintes:

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	106 835,66		106 835,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	149 112,83		149 112,83
Produtos acabados e intermédios			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00
Total	255 948,49	0,00	255 948,49

Quadro 10.1 - Inventários - Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações no Inventário	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)+...+(8)	
Mercadorias	108 248,02	1 936,00	-2 708,20				-640,16		106 835,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	109 992,95	702 524,25	-663 321,37				-83,00		149 112,83
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00								0,00
Produtos e trabalhos em curso									
Total	218 240,97	704 460,25	-666 029,57	0,00	0,00	0,00	-723,16	0,00	255 948,49

5. Ativos Fixos Tangíveis

Quadro 5.1 - Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por impari. acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis	48 269 173,86	25 483 898,48	0,00	22 785 275,38	56 542 923,25	26 013820,57	0,00	30 529 102,68
Terrenos e recursos naturais	2 978 996,61			2 978 996,61	2 978 996,61			2 978 996,61
Edifícios e outras construções	17 636 080,72	12 051 971,42		5 584 109,30	17 601 174,54	11 992 516,11		5 608 658,43
Equipamento básico	7 258 288,14	5 735 391,89		1 522 896,25	7 277 538,14	6 157 873,25		1 119 664,89
Equipamento de transporte	3 191 569,25	1 911 856,85		1 279 712,40	3 214 107,79	2 288 169,54		925 938,25
Equipamento administrativo	1 165 720,92	1 126 806,35		38 914,57	1 283 754,32	1 154 403,05		129 351,27
Equipamentos biológicos								0,00
Outros	4 720 970,85	4 657 871,97		63 098,88	4 848 045,45	4 420 858,62		427 186,83
Ativos fixos tangíveis em curso	11 317 547,37			11 317 547,37	19 339 306,40	0,00		19 339 306,40
Total	48 269 173,86	25 483 898,48	0,00	22 785 275,38	56 542 923,25	26 013820,57	0,00	30 529 102,68

Quadro 5.2 - Ativos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Depreciações do Período	Dif.	Diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	2 978 996,61	304 931,94								2 978 996,61
Edifícios e outras construções	5 584 109,31	19 250,00			-34 906,18		-245 476,63			5 608 658,43
Equipamento básico	1 522 896,25	52 439,78					-422 481,36			1 119 664,89
Equipamento de transporte	1 279 712,40	118 033,40					-376 312,69	-29 901,24		925 938,25
Equipamento administrativo	38 914,57						-27 596,70			129 351,27
Equipamentos biológicos		504 449,42								0,00
Outros	63 098,88	10 170 440,79					-140 292,47		-69,00	427 186,83
Ativos fixos tangíveis em curso	11 317 547,37	11 169 545,33							-2 148 681,76	19 339 306,40
Total	22 785 275,38	11 169 545,33			34 906,18		-1 212 159,85		-2 178 652,00	30 529 102,68

Quadro 5.2A - Ativos Tangíveis - adições

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferências ou troca	Doação, Herança, legado...	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Outros ativos fixos tangíveis										

As quantias de inventários reconhecidas como gastos a 31 de dezembro foi de:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências Iniciais	108 248,02	109 992,95	218 240,97
Compras	1 936,00	702 524,25	704 460,25
Regularização de Existências	-640,16	-83,00	-723,16
Existências Finais	106 835,66	149 112,83	255 948,49
Custos no exercício	2 708,20 €	663 321,37 €	666 029,57 €

Não existem imparidades registadas em inventários.

13. Rendimentos de transações com contraprestações

Quadro 13. Rendimento de transação com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestações	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
	(1)	(2)
Venda de bens	2 967 288,09	
Prestações de Serviços	6 005 146,02	
Juros, Royalties e Dividendos	0,00	
Royalties	0,00	
Dividendos ou distribuições similares	0,00	
Outros	19 368,75	
Total	8 991 802,86	

Os rendimentos obtidos de transações com contraprestação resultam essencialmente da venda de bens e prestação de serviços realizadas pelo Grupo Público.

14. Rendimentos de transações sem contraprestações

Os rendimentos de transações sem contraprestações recebidos à data de 31 de dezembro tinham a seguinte composição:

Quadro 14. Rendimento de transação sem contraprestações

Tipo de transação sem contraprestações	Rendimento do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos / Indiretos					
Contribuições. para sistemas de proteção social e subsídios de saúde					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condições	3 104 162,49				
Transferências com condição					
Subsídios com condição					

Legados, ofertas e doações					
Outros	29 367,16				
Total	3 133 529,65	0,00	0,00	0,00	0,00

Os rendimentos de transação sem contraprestações no montante de 3.133.529,65€ correspondem a rendimentos transferidos pela Administração Local no montante de 3.104.162,49€ (Rendimentos sem condições). Os 29.367,16€ correspondem a correções relativas a anos anteriores e outros não especificados.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15. Provisões

Provisão	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Quantia escriturada Final				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia	Outros aumentos	Total Aumentos	Utilizadores	Reversões	Outras diminuições	Total Diminuições	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=3+4+5	(7)	(8)	(9)	(10)=7+8+9	(11)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais	2 663 448,08	602 713,06			602 713,06		161 320,56		161 320,56	3 104 840,58
Contratos Onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	2 663 448,08	602 713,06	0,00	0,00	602 713,06	0,00	161 320,56	0,00	161 320,56	3 104 840,58

As provisões registadas referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos aterros. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, para além das quantias apresentadas nas contas Provisões.

Encontra-se refletida nas contas de provisão a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo. Em 2023, reverteu-se o montante do desconto relativo ao período de 2023.

Assim, em 31.12.2024 o montante total de provisões refletidas em balanço é de 3.104.840,58€.

17. Acontecimentos após a data de relato

Não existiram acontecimentos relevantes após a data de relato, e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas que não estejam já registadas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

18. Instrumentos Financeiros

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		compras	Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por imp.	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de Resultados	0,00									0,00
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00									0,00
Participações financeiras - Justo valor	510,00					510,00				0,00
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	0,00									0,00
Participações financeiras - Custo	0,00									0,00
Outros ativos financeiros	26 951,00									26 951,00
Total	27 461,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00	0,00	0,00	1 636,32	26 951,00

19. Benefícios dos empregados

No exercício findo a 31 de dezembro de 2024 o Grupo Público incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com Pessoal	2024
Remunerações do Pessoal	2 541 150,03 €
Encargos sobre remunerações	620 956,71 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 966,74 €
Outros Gastos	192 592,19 €
Outros encargos sociais	384,53
Outros encargos sociais	106 678,06 €
Total	3 467 728,26

O número de pessoas ao serviço do Grupo Público em 31 de dezembro de 2024 era de 147, com um custo de 3.467.728,26€.

20. Divulgações de partes relacionadas

Com a venda em 2024 da participação na Pan-Eco Ambisousa- Energias renováveis, Lda, não existem relações de controlo em outras entidades.

23 – Outras Notas ao Anexo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Por se considerar relevante divulgações adicionais às definidas e elencadas na NCP 1, para efeitos de melhor compreensão dos acontecimentos ocorridos durante o ano de 2024 sobre a posição financeira e o desempenho financeiro consolidado, procede-se às seguintes divulgações em complemento:

23.1 – Detalhe das contas do Balanço – Ativo

23.1.1 – Outros Investimentos Financeiros

Não existem, no balanço Consolidado outros Investimentos financeiros

23.1.2 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Terceiro	Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final a 31.12.2023	Variação	
				Absoluta	%
	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	938 569,43	440 458,05	498 111,38	113,09%
	Administração Local	896 048,66	397 937,28	498 111,38	125,17%
	Associações de Municípios		0,00	0,00	0,00%
502	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa		0,00	0,00	0,00%
	Municípios	896 048,66	397 937,28	498 111,38	125,17%
75	Município de Lousada	76 712,58	129 591,56	-52 878,98	-40,80%
109	Município de Felgueiras	541 842,66	18 240,63	523 602,03	2870,53%
110	Município de Penafiel	36 896,49	32 746,80	4 149,69	12,67%
137	Município de Paredes	0,00	23 700,00	-23 700,00	-100,00%
156	Município de Paços de Ferreira	21 735,75	0,00	21 735,75	100,00%
436	Município de Amarante	0,00	0,00	0,00	0,00%
437	Município de Baião	0,00	0,00	0,00	0,00%
438	Município de Celorico de basto	192 033,78	188 733,78	3 300,00	1,75%
439	Município de Cinfães	1 650,00	0,00	1 650,00	100,00%
440	Município do Marco de Canaveses	1 650,00	0,00	1 650,00	100,00%
453	Município de Castelo de Paiva	22 027,40	3 424,51	18 602,89	543,23%
470	Município de Resende	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00%
	Fundos Comunitários	42 520,77	42 520,77	0,00	0,00%
1102	AD&C	42 520,77	42 520,77	0,00	0,00%

O montante a receber de transferências e subsídios à data de 31 de dezembro de 2024 é de 938.569,43€. Os montantes de dívidas ao Grupo Público correspondem às dívidas dos Municípios, no montante de 896.048,66€ e o restante de Fundos Comunitários, 42.520,77€. Este montante corresponde a um aumento de 113,09% em relação ao ano anterior e a 498.111,38€ em termos absolutos.

23.1.3 – Clientes, Contribuintes e utentes

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final a 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Clientes, contribuintes e utentes	3 272 069,76	3 248 500,50	23 569,26	0,73%
Clientes c/c	3 272 069,76	3 248 500,50	23 569,26	0,73%
Realizável até 12 meses	3 272 069,76	3 248 500,50	23 569,26	0,73%

O valor em dívida de clientes a 31.12.2024 é de 3.272.069,76€ e corresponde, num valor residual a vendas de produtos de merchandising da Rota do Românico e o restante de clientes do mercado nacional aos quais são prestados serviços. Em relação a 2023, houve um aumento da dívida de clientes de 0,73% a que corresponde mais 23.569,26€ em termos absolutos.

23.1.4 – Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final Credor 31.12.2024	Saldo Final Credor 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	0,00	54 374,87	-54 374,87	-100,00%
Imposto sobre o rendimento	0,00	4 895,22	-4 895,22	-100,00%
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	49 479,65	-49 479,65	-100,00%

23.1.5 – Outras contas a receber

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final a 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a Receber	284 679,14	307 403,86	-22 724,72	-7,39%
Devedores por acréscimos de rendimentos	153 956,24	273 351,65	-119 395,41	-43,68%
Outros acréscimos de rendimentos	153 956,24	273 351,65	-119 395,41	-43,68%
Outros devedores e credores	130 722,90	34 052,21	96 670,69	283,89%

O montante das outras contas a receber de 284.679,14€ corresponde ao montante dos outros acréscimos de rendimentos, resultante da regularização de rendimentos já reconhecido nos anos anteriores, no montante de 153.956,24€ cujo recebimento ocorreu em 2024 e de outros devedores, no montante de 130.722,90€. O valor das Outras contas a receber diminuiu em 7,39% de 2023 para 2024 a que corresponde um valor absoluto de menos 22.724,72€.

23.1.6 – Diferimentos

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final a 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Diferimentos	26 618,92	8 682,98	17 935,94	206,56%
Gastos a reconhecer	26 618,92	8 682,98	17 935,94	206,56%
Seguros	0,00	890,40	-890,40	-100,00%
Assistência e Conservação	0,00	727,13	-727,13	-100,00%
Outros	26 618,92	7 065,45	19 553,47	276,75%

Os gastos a reconhecer em 2024 aumentaram em 206,56% quando comparados com o ano de 2023 e corresponde a 17.935,94€ em termos absolutos.

23.1.7 – Caixa e Depósitos

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	6 023 359,81	8 415 684,70	-2 392 324,89	-28,43%
Caixa	171,24	127,30	43,94	34,52%
Caixa A - Sede	49,23	27,30	21,93	80,33%
Caixa B - Penafiel	100,00	100,00	0,00	0,00%
Depósitos à ordem	5 978 028,93	5 851 253,51	126 775,42	2,17%
Depósitos bancários à Ordem	5 978 028,93	5 851 253,51	126 775,42	2,17%
Caixa Geral de Depósitos	584 591,61	437 781,63	146 809,98	33,53%
Novo Banco	5 189 381,50	4 084 460,68	1 104 920,82	27,05%
Montepio Geral	610,48	0,00	610,48	100,00%

Caixa de Crédito Agrícola	203 445,34	1 329 011,20	-1 125 565,86	-84,69%
Outros Depósitos	45 159,64	2 564 303,89	-2 509 144,25	-98,24%
Depósitos bancários a prazo	0,00	2 500 000,00	-2 500 000,00	-100,00%
Caixa de Crédito Agrícola		2 500 000,00	-2 500 000,00	-100,00%
Investimentos financeiros	0,00	5 000,00	5 000,00	100,00%
Banco BES	0,00	5 000,00	5 000,00	
Depósitos de garantias e cauções	45 159,64	59 303,89	-14 144,25	-23,85%

Os Meios financeiros líquidos, do Grupo Público, diminuíram em cerca de 28,43% de 2023 para 2024 o que se traduz em menos 2.392.324,89€.

23.2 – Detalhe das contas do Balanço – Passivo

23.2.1 - Passivo por impostos diferidos

No Grupo Público consolidado não existem passivos por impostos diferidos a registar.

23.2.2 – Outras Contas a pagar

O montante de outras contas a pagar refere-se às cauções existentes e por liberar no montante de 45.159,64€. Á data de 31.12.2024 e por fornecedor, temos:

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Cauções	45 159,64	56 899,89	-11 740,25	-20,63%
Recebidas de terceiros	45 159,64	56 899,89	-11 740,25	-20,63%
Exigível a mais de 12 meses	45 159,64	56 899,89	-11 740,25	-20,63%
Lusocol - Sociedade Lusa de Construções, Lda	0,00	1 082,30	-1 082,30	-100,00%
Augusto de Oliveira Ferreira & Cª, Lda	5 944,47	5 944,47	0,00	0,00%
Lopes & Pinho - Soc. De Construções, Lda	0,00	1 528,65	-1 528,65	-100,00%
Edilages - Engenharia e Construção, Lda	19 612,27	28 741,57	-9 129,30	-31,76%
Polisproeza - Engenharia e Construção, Lda	11 141,35	11 141,35	0,00	0,00%
Solidium, A.C.E	1 233,98	1 233,98	0,00	0,00%
Irreverentacesso, Lda	7 227,57	7 227,57	0,00	0,00%

23.2.3 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No final de 2024, não existem dívidas a credores por Transferências e subsídios não reembolsáveis no Grupo Público.

23.2.4 – Fornecedores

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Fornecedores	2 181 384,57	1 375 037,27	806 347,30	58,64%
Fornecedores c/c	2 181 384,57	1 375 037,27	806 347,30	58,64%
Exigível até 12 meses	2 181 384,57	1 375 037,27	806 347,30	58,64%

O montante da dívida do Grupo Público a diversos fornecedores a 31 de dezembro de 2024 é de 2.181.384,57€ e corresponde a um aumento de 58,64% em comparação com o ano de 2023, o que em termos absolutos corresponde a mais 806.347,30€.

23.2.5 – Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	456 301,16	84 682,37	371 618,79	438,84%
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas	372 618,45	24 413,78	348 204,67	1426,26%
Retenção de impostos sobre rendimentos	7 206,45	8 622,69	-1 416,24	-16,42%
Imposto sobre o valor acrescentado	27 368,19	0,00		100,00%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	49 108,07	51 645,90	-2 537,83	-4,91%

As dívidas ao estado no montante de 456.301,16€ referem-se à estimativa de imposto de IRC a pagar, a retenções efetuadas nos pagamentos de descontos da entidade e do trabalhador referente ao mês de dezembro, que apenas podem ser pagos no mês seguinte.

23.2.6 – Financiamentos obtidos

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Financiamento obtido	6 489 132,62	5 659,37	6 483 473,25	114561,75%
Instituições de crédito e sociedades financeiras	6 487 825,41	0,00	6 487 825,41	100,00%
NOVO BANCO - Cartão crédito	1 307,21	5 659,37	-4 352,16	-76,90%

O montante de 6.489.132,62€ de financiamento, corresponde a um valor de financiamento do imobilizado de 6.487.825,41€ e da utilização do cartão de crédito no montante de 1.307,21€.

23.2.7 – Outras contas a pagar

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a pagar	4 917 769,82	4 699 890,87	217 878,95	4,64%
Credores por acréscimos de gastos	619 277,46	643 119,88	-23 842,42	-3,71%
Remunerações a Liquidar	429 127,41	383 091,25	46 036,16	12,02%
Outros acréscimos de gastos	190 150,05	260 028,63	-69 878,58	-26,87%
Outras entidades	4 298 492,36	4 056 770,99	241 721,37	5,96%

As outras contas a pagar, no montante de 4.917.769,82€, referem-se aos credores por Acréscimos de gastos, nomeadamente ao pagamento das remunerações de férias e estimativas de férias que ocorre em 2025, mas cujo custo deve ser reconhecido em 2024 no montante de 429.127,41€ e o restante a Outros acréscimos de gastos, no montante de 190.150,05€. As Outras entidades correspondem a: Projeto “Tampinhas e Embalagens”; Autoridade Nacional de Resíduos; Fornecedores de investimentos e ainda outros credores diversos.

23.3 – Análise às Contas do Património Líquido

O total do Património Líquido da Valsousa à data de 31 de dezembro de 2024 é de 22.496.569,34€ e está decomposto da seguinte forma:

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023
51 - Património	7 238 131,62	7 238 131,62
55 - Reservas	2 922 292,60	2 922 292,60
56 - Resultados transitados	10 765 750,79	10 162 316,61
57 - Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	0,00
59 - Outras Variações no património Líquido	2 586 116,09	2 287 802,45
Resultados Líquidos	1 262 985,66	-113 973,94
Total	24 775 276,76	22 496 569,34

- Património – 7.238.131,62€ corresponde ao balanceamento de abertura resultante da aplicação pela primeira vez do POCAL.

- Reservas – 2.922.292,60€. Esta conta é constituída pelas Reservas Legais (562.317,66€) e pelas Reservas livres (2.359.974,94€).

- Resultados transitados – 10.765.750,79€ corresponde ao saldo da conta de resultados de anos anteriores e da Reclasseificação de ajustamentos em Ativos Financeiros.

- Outras variações no património Líquido – 2.586.116,09€ resultam da regularização às contas de transferências e subsídios de capital e das doações.

- Resultados Líquidos – 1.262.985,66€. O Grupo Público apresenta resultados líquidos positivos. Este montante resulta do balanceamento dos Gastos e Rendimentos ocorridos em 2024.

23.4 – Detalhe das Contas de Demonstração de Resultados Consolidados

23.4.1 – Vendas

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Vendas	2 967 288,09	2 494 821,53	472 466,56	18,94%

O total das vendas do Grupo Público ocorridas em 2024 foi de 2.967.288,09€. Houve um aumento das vendas de 18,94% a que corresponde a mais 472.466,56€.

23.4.2 – Prestação de Serviços e Concessões

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Prestações de serviços e concessões	6 005 146,02	4 132 726,08	1 872 419,94	45,31%

As prestações de serviços do Grupo Público ocorridas durante o ano de 2024, no montante de 4.132.726,08€ tiveram um aumento de 45,31% em relação ao ano anterior e correspondem a um aumento em termos absolutos de 1.872.419,94€ resultando essencialmente do incremento na rubrica de deposição de resíduos e outros serviços.

23.4.3 – Transferências e subsídios correntes obtidos

O montante de transferências e Subsídios correntes obtidos, de 2.775.305,96€ correspondem ao valor das quotas, para funcionamento da AMVS, para a Rota do Românico, para o Vale do Sousa Digital, para as Juntas de freguesia e Recolha de RU, emitidas, aos Municípios (2.749.575,51€), à CIMTS (14.979,60€) cujos rendimentos foram reconhecidos em 2024. Traduz-se numa diminuição de 5,47%.

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final a 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Transferências correntes	2 749 575,51	2 908 556,51	-158 981,00	-5,47%
Administrações Públicas	2 749 575,51	2 701 904,26	47 671,25	1,76%
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Administração Local	2 749 575,51	2 701 904,26	47 671,25	1,76%
Associações de Municípios	14 979,60	16 579,30	-1 599,70	-9,65%
Municípios	2 734 595,91	2 685 324,96	49 270,95	1,83%
Município de Castelo de Paiva	119 881,00	106 336,87	13 544,13	12,74%
Município de Felgueiras	1 411 116,57	1 351 488,88	59 627,69	4,41%
Município de Lousada	698 676,15	744 028,78	-45 352,63	-6,10%
Município de Paços de Ferreira	124 957,23	110 984,59	13 972,64	12,59%
Município de Paredes	132 882,63	123 409,99	9 472,64	7,68%
Município de Penafiel	128 282,33	118 809,79	9 472,54	7,97%
Outros Municípios	118 800,00	130 266,06	-11 466,06	-8,80%
Resto do Mundo	0,00	206 652,25	-206 652,25	-100,00%
Subsídios à Exploração	25 730,45	21 862,11	3 868,34	17,69%
Total	2 775 305,96	2 930 418,62	-155 112,66	-5,29%

23.4.4 - Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

O saldo é nulo, resultante dos ajustamentos efetuados.

23.4.5 – Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica no montante de 4.650.467,74€, decompõe-se da seguinte forma:

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final a 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Fornecimentos e serviços externos	4 650 467,74	4 591 219,56	59 248,18	1,29%
Subcontratos e parcerias	0,00	31 734,00	(31 734,00)	-100,00%
Serviços especializados	2 095 503,25	2 153 187,58	(57 684,33)	-2,68%
Materiais de consumo	77 270,85	76 051,62	1 219,23	1,60%
Energia e fluidos	186 566,32	141 720,52	44 845,80	31,64%
Deslocações, estadas e transportes	5 575,62	4 420,87	1 154,75	26,12%
Serviços diversos	2 285 551,70	2 184 104,97	101 446,73	4,64%

Ocorreu um aumento de gastos de 1,29% no montante dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação ao ano de 2023, sendo a componente referente a “Subcontratos e parcerias” a que apresenta maior diminuição, seguida dos serviços especializados, por outro lado a rubrica “Energia e Fluidos” apresenta o maior aumento percentual seguida da rubrica “Deslocações, estadas e transportes “. Em termos absolutos o maior aumento ocorre na rubrica de “Serviços diversos”, no montante de 101.446,73€

23.4.6 – Transferências e Subsídios concedidos

Designação	Saldo Final 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Transferências e subsídios concedidos	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Transferências correntes concedidas	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Administração Local	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Freguesias	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Outros setores institucionais	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%

Durante o ano de 2024, tal como no ano anterior, o Grupo Público reconheceu como gasto o montante de subsídios correntes concedidos de 39.342,56€, afetos às juntas de Freguesia, para cumprimento dos protocolos existentes com as Juntas de Rio Mau, Sebolido e Lustosa, pela utilização dos aterros e o reconhecimento do gasto com o pagamento das quotas de associado à Transromânica e Turismo do Porto e Norte. Mantém desta forma os mesmos montantes do ano anterior.

23.4.7 – Outros Rendimentos

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Outros rendimentos	620 008,93	641 019,22	-21 010,29	-3,28%
Rendimentos suplementares	1 397,22	2 602,00	-1 204,78	-46,30%
Ganhos em inventários	597,50	6 695,52	-6 098,02	-91,08%
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e	1 490,00	0,00	1 490,00	100,00%
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	12 537,28	6 041,00	6 496,28	107,54%
Outros	95 380,17	36 613,16	58 767,01	160,51%
Imputação de subsídios para investimentos	508 543,22	576 378,91	-67 835,69	-11,77%
Juros, dividendos e outros rendimentos	63,54	12 688,63	-12 625,09	-99,50%

O valor dos outros rendimentos no montante de 620.008,93€ é justificado essencialmente pela especialização referente aos subsídios de investimento de bens financiados e de correções relativas a períodos anteriores derivada do excesso de estimativa de férias e subsídio de férias.

23.4.8 – Outros gastos

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Outros Gastos	176 357,46	264 371,28	-88 013,82	-33,29%

Impostos	63 377,02	11 960,95	51 416,07	429,87%
Dívidas incobráveis	0,00	49 078,19	-49 078,19	-100,00%
Perdas em inventários	640,16	7 596,32	-6 956,16	-91,57%
Quotizações	12 372,36	0,00	12 372,36	100,00%
Outros	99 967,92	195 735,82	-95 767,90	-48,93%
Outros não especificados	51 465,95	148 088,13	-96 622,18	-65,25%
Correções relativas a períodos anteriores	48 501,97	47 647,69	854,28	1,79%
Outros Gastos	176 357,46	264 371,28	-88 013,82	-33,29%

O valor de outros gastos no montante de 264.371,28€ resulta do aumento do reconhecimento de gastos de correções relativas a períodos anteriores e outros não especificados. Atente-se também o valor das dívidas incobráveis e das perdas em Inventário. O valor dos “Outros gastos” apresenta um aumento de cerca de 14,22% quando comparado com o ano anterior, a que corresponde 32.922,35€.

23.4.9 – Gastos/Reversões de depreciações e amortizações

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Gastos de depreciação e de amortização	1 020 449,44	1 523 891,17	-503 441,73	-33,04%
Ativos fixos tangíveis	975 748,68	1 159 000,94	-183 252,26	-15,81%
Edifícios E O. Construções - Outros	144 221,29	150 048,04	-5 826,75	-3,88%
Equipamento de Transporte - Outros	305 234,07	321 563,09	-16 329,02	-5,08%
Equipamento Básico	419 193,27	490 358,12	-71 164,85	-14,51%
Equipamento administrativo	24 884,48	27 873,43	-2 988,95	-10,72%
Outros Ativos Fixos Tangíveis - Outros	82 215,57	241 210,85	-158 995,28	-65,92%
Ativos fixos intangíveis	44 700,76	364 890,23	-320 189,47	-87,75%

O montante dos gastos com as depreciações e amortizações em 2024 foi de 1.020.449,44€ a que corresponde uma diminuição de 33,04%.

23.4.10 – Juros e Gastos similares

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Gastos e perdas de Financiamentos	98 557,50	83,22	98 474,28	118330,06%
Juros de financiamentos obtidos	98 557,50	81,17	98 476,33	121321,09%
Juros de Mora	0,00	2,05	-2,05	-100,00%

23.4.11 – Impostos sobre o rendimento do período

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Imposto sobre o rendimento	382 997,75	24 413,78	358 583,97	1468,78%
Imposto Corrente	382 997,75	24 413,78	358 583,97	1468,78%

Nas demonstrações financeiras consolidadas, não existe refletida informação adicional que resultassem de acontecimentos após a data do balanço, dado que os mesmos não ocorreram.

24 - Indicadores Economico- Financeiros

Tendo em conta as demonstrações financeiras consolidadas, é feita uma breve análise aos principais indicadores de gestão, nomeadamente os indicadores económico-financeiros. Os indicadores económico-financeiros são ferramentas que medem diferentes aspetos da atividade económica e saúde financeira de uma empresa, neste caso de um grupo autárquico. Eles ajudam a entender a situação atual bem como prever tendências futuras.

Em complemento às demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros:

Dimensão	Indicador	2024	2023	2022
Liquidez	Liquidez Geral	0,77	1,28	2,04
	Liquidez reduzida	0,75	1,26	2,03
	Liquidez Imediata	0,43	0,57	1,37

Os rácios de liquidez avaliam a capacidade do Grupo Público para gerar meios líquidos suficientes para satisfazer os compromissos mais exigíveis e manter o normal funcionamento das atividades. Quanto mais elevados forem os valores dos rácios em relação à unidade, maior será a capacidade para cumprir as responsabilidades mais exigíveis.

Verificasse que ao longo dos anos em análise a Liquidez tem vindo a diminuir apresentando em 2024 um rácio inferior à unidade, o que significa que o grupo deixou de ter capacidade de pagar as dívidas de curto prazo.

Dimensão	Indicador	2024	2023	2022
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios	1944,33%	-135,01%	-144,16%
	Taxa de margem Bruta	2 564,18%	2852,25%	3102,24%
	Rentabilidade operacional do ativo	415,67%	-28,70%	-120,64%

Estes indicadores medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade do Grupo Público para gerar rendimentos, são indicadores de eficiência com referência aos resultados operacionais. Valores negativos evidenciam um mau desempenho.

Dimensão	Indicador	2023	2023	2022
Atividade	Grau de rotação do ativo	21,38%	21,26%	19,07%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	140	132	100
	Prazo Médio de Recebimentos	133	179	189
	Prazo Médio de Pagamentos	171	122	118
	Prazo Médio de Pagamentos - Programa pagar a tempo e horas	175	123	109

Os indicadores de atividade constituem uma análise complementar da liquidez, permite perceber se as políticas de crédito concedidas a clientes e os prazos de pagamento existentes são adequados bem como verificar a eficácia na gestão dos inventários.

O rácio ou indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência com que a empresa está a gerar vendas.

Em relação ao Tempo Médio de Inventários, significa que o prazo médio da permanência de inventários em armazém, passou para de 132 para 140 dias.

Tendo em conta o nº de dias, podemos afirmar que o Grupo Público, continua a demorar mais tempo a receber do que a pagar. De notar também uma diminuição do nº médio de dias que demora a receber de 179 para 133, mas um aumento no número médio de dias a pagar de 127 para 175 dias a pagar.

Dimensão	Indicador	2024	2023	2022
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	59,03%	72,17%	64,24%
	Solvabilidade	144,09%	259,30%	179,68%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	-1770,07%	1075,18	145802,78
	Endividamento	40,97%	27,83%	35,76%

Os indicadores de estrutura financeira medem a composição do capital de uma entidade, indica a utiliza de recursos próprios e de terceiros para financiar a atividade. Mostra o nível de endividamento, solidez e capacidade de pagamento da entidade.

O Activo é financiado em cerca de 59,03% com recurso a capitais próprios, conforme indicado pelo rácio de Autonomia Financeira. Este rácio representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o rácio de autonomia financeira maior será a parte das aplicações da entidade a ser financiada pelo património líquido e menor a parte a ser financiada com recurso a financiamento externo.

O rácio de Solvabilidade representa a capacidade financeira da entidade para desenvolver as suas atividades. Como o grau de Solvabilidade é superior a 1 significa que o Património Líquido do Grupo Público é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O Grupo Público apresenta um grau de cobertura dos gastos financeiros bastante elevados e como tal significa que o Património Líquido é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O rácio do endividamento avalia o grau de dependência financeira face a terceiros, quanto maior for o rácio maior é a vulnerabilidade face a terceiros. O rácio de endividamento apresenta um valor de 40,97% aumentando em relação a 2023, o que significa que cerca de 41% do ativo está a ser financiado pelo passivo.

De uma forma geral de 2023 para 2024, os indicadores analisados apresentam uma degradação.

Aprovação do Relatório e Contas Consolidadas



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Submete-se o presente Relatório e Contas Consolidadas à aprovação do Conselho Diretivo, nos termos do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Após a sua aprovação, o mesmo deve ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pelo Artº 7-C da Lei nº 7/2020 de 7 de maio e posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos legais definidos para o efeito.

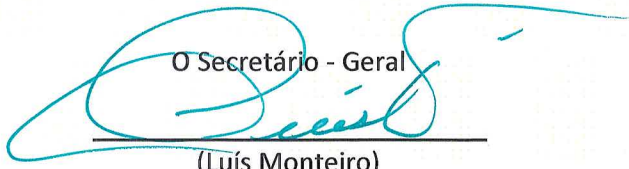
Lousada, em 23 de Junho de 2025.

Chefe Equipa Multidisciplinar
Administrativa e Financeira



(Maria de Fátima Fonseca)

O Secretário - Geral



(Luís Monteiro)

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____
